



RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES

Comitê de Auditoria Estatutário - CAE



Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN
Referência: Primeiro Semestre 2020



Sumário

INTRODUÇÃO	2
ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS	7
AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA	8
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020	9
TABELA DAS DEMANDAS DO CAE- 2020	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN foi incorporado no mês de agosto do ano de 2018, tendo suas responsabilidades e atribuições formalmente estabelecidas em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferida pelo Artigo 22 do Estatuto Social, cumprindo a deliberação contida na Ata da 336ª Reunião do Conselho de Administração, (Resolução Nº 017, de 27 de Agosto De 2018), em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 13.303/16, os Decretos Estaduais nº 1.025/2017 e nº 1.484/18, a Instrução Normativa Conjunta SEF/SCC nº 005/2018 e o inciso XXVI do artigo 22, do Estatuto Social da CASAN.

O CAE é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído visando a melhores práticas de governança corporativa pela Companhia, composto de 03 (três) membros¹, nomeados e empossados na data de 1º de agosto de 2018, atendendo a todos os requisitos exigidos pela legislação, no Estatuto Social e demais dispositivos legais aplicáveis, tendo mandato de 02 (dois) a contar da data da assinatura do termo de posse, podendo ser renovado por mais 02 (dois) anos, sendo os três membros independentes em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, sem exercer função na Companhia, sendo um deles, Coordenador do CAE.

O CAE reporta-se ao Conselho de Administração², e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

Compete ao CAE avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e

¹ Art. 4º CAPÍTULO II DO CONCEITO, FUNCIONAMENTO E COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - ANEXO XVI REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

² Art. 2º CAPÍTULO II DO CONCEITO, FUNCIONAMENTO E COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - ANEXO XVI REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos da Companhia; assim como as demais atividades previstas no artigo 7º do seu Regimento Interno, além de outras previstas no Estatuto Social e/ou na legislação aplicável.

As avaliações e atuação do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Companhia, dos pareceres dos Auditores Independentes, dos trabalhos da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são subordinadas à diretoria da Companhia, porém supervisionadas pelo CAE, sendo que compete ainda, a este órgão, assegurar a operacionalização dos processos e gestão de auditoria interna e externa, dos mecanismos e controles relacionados ao gerenciamento de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio, bem como zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, fazendo recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e de eventuais ações visando melhorias dos controles internos e a redução de riscos, conforme os termos do art. 7º do Regimento Interno.

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

No período de 07/01/2020 a 30/07/2020, o Comitê efetuou treze reuniões, formalmente, e demais sem registro em atas. Essas reuniões envolveram os Conselheiros, Diretores, Gerentes e servidores da CASAN. As atas das reuniões do Comitê são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que o Coordenador do Comitê relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julgado apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do Comitê. As principais atividades realizadas foram:

1. Acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia;

O CAE no período de 2020 realizou o total de 04 reuniões formais com a Auditoria Interna para auxiliar e acompanhar todas as atividades da Área, sendo as principais contribuições:

A supervisão da elaboração do plano de trabalho da Auditoria Interna para o exercício de 2020, recomendando a inclusão de trabalhos que julgou requeridos ao aperfeiçoamento de controles internos. Além disso, a Auditoria Interna elaborou um planejamento acerca do PDVI implementado na Companhia no ano de 2017, o qual também teve a participação do CAE quanto a análise e sugestões. Em ambos os relatórios emitidos pela Auditoria Interna, o CAE após avaliação da versão final, ficou responsável pela emissão de um parecer de recomendação ao Conselho Administrativo, porquanto ambos os relatórios seriam apresentados pela Auditoria Interna, em reunião com o Conselho de Administração, para aprovação.

No decorrer do semestre o CAE seguiu acompanhando as atividades da Auditoria Interna; além disso, O CAE, obedecendo às determinações internas da Companhia, no tocante ao recebimento de denúncias em seu canal, juntamente com a Ouvidoria, encaminhou para a Auditoria Interna as denúncias recebidas durante este período, para juntos apurarem e determinarem as providências cabíveis de cada denúncia.

Por fim, o CAE manteve sempre aberto um canal de comunicação via e-mail com a Área para facilitar o auxílio e encaminhamento de sugestões.

2. Discussão e avaliação das políticas de independência dos auditores independentes, conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos para a análise das demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;

No início do ano de 2020, o CAE seguiu acompanhando o andamento do trabalho realizado pela Auditoria Externa a Empresa Maciel Auditores. O CAE solicitou informações da Auditoria Externa para conhecimento de metodologia de trabalho e padrões adotados para a sua independência e abordagem de pontos considerados críticos na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

A Auditoria Externa informou que todas as dúvidas acerca das atividades da Companhia que surgiram mediante a ocorrência da análise feita, restaram fornecidas e esclarecidas principalmente pelo Setor Contábil.

3. Acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores externos e diretores da Companhia.

O CAE se reuniu com a Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos (GCR) para apresentação do Relatório de Modelagem de Risco de Concessão e verificação acerca do andamento das principais ações da GCR.

Das atividades identificadas no relatório de modelagem de risco da GRC foi desenvolvido um Plano de Ação, com prazos estimados pelos assessores e gerentes responsáveis pela execução dessas ações da GCR, que já está sendo executado, com conclusão prevista para novembro de 2020. Além disso, as atualizações das situações das ações mitigatórias em andamento e pendentes são quinzenais e, na medida em que as ações mitigatórias propostas vão sendo concluídas, os fatores do risco de concessão serão reavaliados para refletir na matriz do risco e no Portfólio de Riscos. Para obter todos os resultados previstos é necessário concluir o Plano de Ação, previsto para ocorrer no mês de novembro.

O CAE segue acompanhando e supervisionando a implementação e execução do Plano de Ação da GRC visando o aprimoramento dos controles internos e da gestão de risco.

4. Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores da Companhia e auditores independentes.

O CAE seguiu acompanhando todo o processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com as partes responsáveis e auditores independentes; assegurando que suas demonstrações financeiras fossem publicadas e/ou apresentadas às partes interessadas de acordo com práticas contábeis geralmente aceitas.

Foram 06 (seis) reuniões formalmente agendadas, com a Gerente de Controladoria Econômico - Financeira e o Chefe da Divisão de Contabilidade Geral que encaminhou ao CAE para análise e manifestação todos os demonstrativos contábeis do primeiro trimestre (parecer emitido); Cabe a ressalva de que ainda há algumas pendências já evidenciadas anteriormente pelo CAE, como providências quanto a gestão documental e quanto a entrega das informações de todas as áreas/setores da Companhia para confecção do balanço patrimonial até o 5º dia útil de cada mês. A questão é de extrema importância, e deve ser colocada em prática o quanto antes.

5. Recebimento das manifestações feitas pelo canal de denúncias do CAE e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Ética, assim como acompanhamento das providências tomadas pela Companhia.

Foram 02 reuniões, juntamente com o Ouvidor Raphael e a Auditora Interna Tatiana Vettoretti Preve, setores competentes para averiguação dos fatos para apurar e providenciar a solução das demandas.

No tocante a primeira denúncia envolvendo a administração da agência de Garopaba, foi aberta uma sindicância para averiguação da conduta dos dois servidores citados e, após minucioso levantamento efetuado pela Auditoria Interna da CASAN e pelo Superintendente da região, considerando-se não haver nenhum registro até então, de conduta contrária aos princípios do código de ética e integridade da CASAN, foram então advertidos verbalmente e foram impostas, também, sanções ao uso dos veículos da CASAN e orientações em relação a ausência durante o horário de expediente.

A segunda denúncia foi pela falta de abastecimento de água na região do Canto da Lagoa, na qual os moradores informam que foi instalado um booster para atender aos moradores das servidões da região que não recebiam água da Casan por falta de pressão, entretanto, o booster ainda estava inativo prejudicando o abastecimento de água. O CAE encaminhou a reclamação para Ouvidoria que juntamente com o setor responsável providenciou a interligação da rede.

RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia como Ivan Gabriel Coutinho – Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, Helton Machado Krauss – Chefe da Divisão de Políticas Comerciais (DIPCO) e Elker Maques Bezerra – Chefe de Divisão de Receita (DIRE), a Auditora Interna Tatiana Vettoretti Preve, a Gerente de Controladoria Econômico - Financeira e o Chefe da Divisão de Contabilidade Geral, a Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos (GCR) foram efetuadas diversas recomendações de ações corretivas para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações corretivas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

Uma das preocupações do CAE é acerca do processo de conciliação entre o sistema comercial (SCI) e o contábil (SAP) os quais apresentavam divergências de saldo, inclusive porque foram objeto de ressalva no relatório da Auditoria Externa.

Pontualmente, o Diretor financeiro juntamente com o setor comercial buscou a conciliação entre os sistemas, ou seja, a abertura dos mesmos para importação de dados, bem como o controle de entrada, com essa modificação do sistema e a facilitação das informações acessadas, podendo serem verificados de uma maneira mais detalhada, fez com que a ressalva fosse sanada.

O sistema ainda requer melhorias para que possa ser utilizado por todos os setores/diretorias da Companhia, facilitar a comunicação e

agilidade das informações, bem como garantir a movimentação dos dados de forma totalmente automatizada.

O CAE segue buscando com as áreas o aperfeiçoamento dos sistemas da Companhia, que com brevidade se tenha disponível um sistema integrado que possibilite as Diretorias a automatização de todas as atividades, otimizando todos os processos e o tempo dos servidores na realização de cada atividade, sem qualquer intervenção manual no processo, o que também auxiliaria para fins de controle interno da Casan, pois garantiria a fidedignidade e a legitimidade das informações.

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria vem acompanhando as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pelas Auditorias Independentes, conforme as Atas publicadas no site da Companhia, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Tem-se como atribuição da divulgação das demonstrações financeiras da Companhia a comunicação aos interessados, informações úteis que envolvem eventos econômicos e financeiros da Companhia, servindo como suporte para tomada de decisão ou investimentos. Devendo essas informações serem divulgadas para investidores, clientes, credores, funcionários, órgãos do governo e ao público em geral.

As demonstrações contábeis são a principal fonte de comunicação contábil, as quais buscam oferecer de forma sintética, melhor compreensão dos fatos organizacionais

Dessa forma, deve-se sempre alcançar a qualidade dos relatórios e informações contábeis, pois são de extrema importância já que capazes de influenciar a decisão de possíveis investidores. Fundamental como dito que a Companhia esteja sempre coberta com o melhor ambiente de informações, já que auxiliam a ação discricionária dos gestores.

Com o intuito de colaborar com a qualidade dessas informações o Comitê de Auditoria reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre do ano de 2020.

Avaliando o processo e troca de informações dos setores responsáveis pelo encaminhamento dos documentos, devendo estes processos serem tempestivos e corretos para possibilitar a análise de toda a documentação contábil bem como a sua divulgação dentro do prazo determinado por lei.

Nesse ponto, o CAE vem insistentemente buscando junto ao setor contábil a redução do prazo do fechamento das demonstrações financeiras para que ocorram até o quinto dia útil de cada mês, situação essa que ainda requer melhorias, tanto pelos setores responsáveis pelo repasse de informações quanto pela metodologia utilizada.

Por fim, ressalta a importância já elencada acima, de um sistema totalmente integrado que possibilite a comunicação entre todos os setores da Companhia, o que facilitaria a cobrança, o cumprimento dos prazos, contribuindo para a otimização dos fechamentos e a divulgação das informações.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

Em análise as demonstrações financeiras da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento-CASAN, o Comitê de Auditoria Estatutário-CAE evidenciou a melhoria dos indicadores, sendo a principal no capital de giro que no primeiro trimestre de 2019 ainda era negativo em pouco mais de R\$ 71 milhões e em igual período de 2020 soma mais de R\$ 117 milhões. A Liquidez Corrente, que em 2019 estava em R\$ 0,86 para cada R\$ 1,00, neste trimestre indica que para cada R\$ 1,00 de dívidas tem R\$ 1,28

disponíveis. Esse indicador demonstra maior folga no caixa, equalizando o fluxo no tempo de operação, bem como os controles financeiros estarem mais adequados.

Essa melhoria também aparece no crescimento real do Ativo Circulante que foi de 15,09%, descontada a inflação medida pelo INPC que foi de 3,31%, no período em análise. Em contrapartida, o Passivo Circulante, apresentou um decréscimo real de -22,28%. As aplicações Financeiras de curto prazo cresceram 69,30%, o Passivo circulante houve decréscimos real de -41,77% nos Empréstimos e Financiamentos e de -29,61% na conta Fornecedores, sempre descontada a inflação.

O Realizável a Longo Prazo apresentou um decréscimo real de -13,63%, ocorrendo a maior redução nas Aplicações Financeiras de longo prazo, que foi de -74,26%. No Passivo Não Circulante, os valores de longo prazo aumentaram 24,98%, sendo que os Empréstimos e Financiamentos de longo prazo que aumentaram 44,25%.

A conta do PDVI apresentou uma queda real de -14,28%. Assim, podemos evidenciar que a maior disponibilidade no curto prazo está sendo financiada pelo longo prazo, podendo comprometer a receita futura da companhia, sendo recomendável o controle efetivo dos setores competentes sobre os processos e ações judiciais referente aos municípios que romperam os contratos com a CASAN, uma vez que seus valores estão lançados como realizáveis no Balanço Patrimonial.

O Ativo Intangível obteve um aumento real de 10,64% e nas Notas Explicativas recebidas pelo CAE, não foram evidenciadas referências para esse crescimento.

O Patrimônio Líquido permaneceu praticamente inalterado em seus valores, ocorrendo o decréscimo de pouco mais de R\$ 4 milhões em valores absolutos, apresentando variações em sua composição (provisões diversas), mas sem alteração no valor final.

A Receita de Venda de Bens ou Serviços apresentou um crescimento real de 3,25%, contribuindo para a melhoria financeira da companhia, em contrapartida houve um aumento dos custos diretos da operação de 6,07%, quase o dobro da receita. Da mesma forma, as Despesas com Vendas tiveram um crescimento real de 12,65% no período analisado. Recomendamos o acompanhamento da Auditoria Interna nos controles de aquisições, de estoques, da utilização dos materiais e demais itens que compõem a conta de custos diretos de operação, a fim de aferir a efetividade dos processos.

As Despesas Gerais e Administrativas obtiveram uma redução real de -8,33%, e, as Despesas Financeiras cresceram 112,01% de forma real, ocorrendo um aumento mais significativo nos juros. Se tomarmos somente os valores de curto prazo, para um endividamento médio de pouco mais de R\$ 241 milhões, entre março de 2019 e março de 2020, a CASAN pagou uma despesa financeira de mais de R\$ 48 milhões, correspondendo a uma taxa de juros de 19,92% a.a.

Por outro lado, as receitas financeiras, proveniente das aplicações financeiras de curto prazo, somaram R\$ 3.437 milhões, com uma redução real de -43,85% sobre os valores do mesmo período de 2019. Da mesma forma que as despesas financeiras, podemos realizar o mesmo cálculo e para um valor médio de aplicações de R\$ 160.945 milhões, a receita financeira representou uma taxa de aplicação de 2,14% a.a., inferior à SELIC, que mesmo baixa, foi acima desse percentual.

Com base nesse alto crescimento das despesas financeiras, o lucro líquido do exercício apresentou um decréscimo real de -31,36%. Com isso, o lucro por ação, que em 2019 foi de R\$ 0,07354, em 2020 foi de R\$ 0,05215, em um decréscimo real de -31,36%. Com tudo, a companhia apresentou lucro, está pagando os impostos e disponibilizando pagamento de eventuais dividendos, além de contribuir para a melhoria do fluxo financeiro.

Salientamos que até a presente data não foram recebidas as demonstrações relativas ao segundo trimestre de 2020.

Este é o relatório.

Florianópolis, 30 de julho de 2020.

Sergio Stangler
Coordenador

Dirlete de Pieri Vitoretti
Membro

Isabela Oliveira Moritz
Membro